

DIMENSÃO EDUCATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Iris de Lima Souza¹

A investigação sobre a dimensão educativa que também caracteriza o fazer profissional do Assistente Social, é parte de um processo de estudo que articula as áreas do Serviço Social e da Educação. Revela-se que são áreas do conhecimento que, articuladas teórico e metodologicamente, propiciam um avanço qualitativo nas discussões e práticas interventivas dos profissionais que nelas estão inseridos.

A dimensão educativa na prática do Assistente Social caracteriza-se não apenas pela a sua base epistemológica, mas, principalmente, pela possibilidade deste profissional trabalhar as características individuais, articuladas no coletivo dos sujeitos usuários dos serviços sociais. Assim como analisa Iamamoto (1999), o Serviço Social dispõe de uma dimensão prático-interventiva situada em um processo coletivo de trabalho, partilhado com outras categorias de profissionais que, juntos, contribuem na obtenção dos resultados ou produtos pretendidos.

Trabalhando com individualidades, mas, sempre, articuladas ao coletivo e aos fenômenos sociais, dado que o sujeito não é um ser isolado, o Assistente Social desempenha um papel de mediador entre os direitos dos cidadãos e as regras estatais e societárias, possuindo um conteúdo social que percebe o sujeito inserido em um sistema que o (re) constrói e o transforma em ser social

¹ Assistente Social. Doutora em Educação. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Potiguar (UnP) – Natal/RN. Diretora Executiva do IBEPIS (Instituto Brasileiro de Estudos, Pesquisas e Formação para a Inovação Social).

(revelando-se na relação com o outro em busca da igualdade), político (emancipado e participativo) e cultural (imbuído de valores, regras, normas morais e éticas).

O seu perfil educativo revela-se quando, em sua prática, transforma a linguagem em seu estratagema para operar nos modos particulares de vida dos sujeitos; e age a partir de princípios educativos que buscam “aprofundar e ampliar a ‘intelectualidade’ de cada indivíduo.” (GRAMSCI, 2004, p. 19). A intelectualidade compreendida como possibilidade do indivíduo desenvolver-se e intervir nos campos social, político, econômico e cultural tendo a clareza da sua condição de sujeito partícipe da construção e reestruturação da história da sociedade.

Dessa forma, partindo da idéia de educativo como ação conjectura-se que este é um processo que envolve duração, tendo uma intenção e buscando uma continuidade. Trata-se de um conjunto de gestos, atitudes, relações, tarefas, métodos coordenados em uma estratégia, a fim de alcançar objetivos de elaboração de capacidades pela própria pessoa. (MARPEAU, 2002, p. 162). Pode-se dizer, assim, que uma ação educativa leva o sujeito o qual se interage a pensar sobre si em seu processo de vida.

É cabível refletir, referindo-se a expressão educativo, que este é utilizado junto a numerosos outros termos: ato, ação, dispositivo, relação, intervenção, os quais muitas vezes são passíveis de serem confundidos ou utilizados de maneira inadequada. A referência do perfil educativo compreendido neste estudo parte do pressuposto de que o Assistente Social assume uma ação educativa ao intercambiar seus saberes e competências na relação com o outro.

A ação educativa implica que, na relação humana, a identidade do sujeito entra em mutação ao se construir ou desconstruir no intercâmbio de experiências e saberes. Transformações estas que não ocorrem como um passe de mágica, mas, em um processo lento, sistemático e objetivado.

Nesse sentido, ao discutir a dimensão educativa do Serviço Social, como profissão estruturada e reestruturada no sistema capitalista, Abreu (2004) compreende que o Serviço Social encontra-se no campo das atividades que mobilizam os processos políticos de formação da cultura humana. Sendo, assim, como um elemento importante nas relações de sociabilidade, culturalmente reestruturadas em uma hegemonia dominante, o Serviço Social é uma

[...] profissão de cunho educativo, inscrita, predominantemente, nos processos de organização/reorganização/afirmação da cultura dominante – subalternizante e mistificadora das relações sociais – contribuindo para o estabelecimento de mediações entre o padrão de satisfação das necessidades sociais, definido a partir dos interesses do capital, e o controle social sobre a classe trabalhadora. Todavia, cabe ressaltar que, nas três últimas décadas, em contraposição a essa tendência dominante registra-se, no âmbito do amplo movimento de reconceituação do Serviço Social na sociedade brasileira, o avanço do processo de vinculação do projeto profissional que se consolida, nos anos 1980, às lutas sociais da classe trabalhadora e de outros segmentos sociais[....]. (ABREU, 2004, p. 44).

Em meio à análise dos perfis pedagógicos assumidos na prática do Assistente Social, em sua trajetória histórica de profissionalização, Abreu (2002) reconstrói três formas de inserção e ação profissional em “processos de organização da cultura”, ou seja, o Serviço Social atuando sob a “Pedagogia da Ajuda”; “Pedagogia da Participação”; e “Pedagogia da Emancipação”.

Ao assumir a função pedagógica de ajudar, o Assistente Social atua a partir da década de 1920 tendo um olhar individualista diante dos fenômenos

sociais. Em outros termos, para enfrentar a questão social agravada com o capitalismo industrial e, conseqüentemente, o avanço da pobreza, o Assistente Social tem um papel educativo (e social) de “[...] cunho moralizador direcionado para a reforma moral e a reintegração social.” (ABREU, 2002, p. 85). O agravamento da questão social sendo entendido como problema do indivíduo cabe ao profissional, portanto, intervir sob esse “problema moral” para não interferir no desenvolvimento da hegemonia capitalista.

O Assistente Social, nessa perspectiva, assumia um papel cujos pilares morais centravam-se na idéia de que o homem (em sua individualidade) é a base principal para o bom funcionamento da sociedade (a causa e efeito dos males sociais), sendo necessário adaptar e ajustá-lo para que esta não se desequilibre e desarmonize, mesmo que fosse necessário utilizar-se de atitudes persuasivas para tal finalidade.

A Pedagogia da Participação², materializada a partir dos anos 1950, vai além de uma postura profissional de “ajuda psicossocial individualizada”. O objetivo da ação agora, diante da situação de pauperismo e da ameaça do comunismo se instaurar, é integrar a população nos programas de governos como possibilidade de “integração” e “promoção social”. Na verdade, é esta uma estratégia para acalmar qualquer forma de expressão, mobilização e revolução de massa, assim como, é um elemento estratégico na luta pela hegemonia.

No entanto, a questão da participação, como estratégia pedagógica na

² “A pedagogia da ‘participação’ desenvolve-se e consolida-se na prática do assistente social a partir, fundamentalmente, das propostas de Desenvolvimento de Comunidade (DC), sob a influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora. Essas propostas são introduzidas e difundidas no continente latino-americano nos marcos das estratégias expansionistas do capitalismo monopolista, sob a hegemonia do imperialismo econômico dos Estados Unidos, contando com o adesismo e submissão de governos e lideranças nacionais nos diferentes países.” (ABREU, 2002, p. 105).

organização da cultura, repercute de forma significativa na profissão, “[...] na medida em que responde a demandas profissionais em torno de um de seus objetivos históricos, que é o de contribuir na geração do ‘bem-estar’ coletivo e na superação do atraso [...]” (CASTRO apud ABREU, 2004, p. 54).

Com o processo de redefinição do projeto societário do Serviço Social, nos marcos do chamado Movimento de Reconceituação³, a partir dos anos 1960, a ação educativa do Assistente Social começa a assumir um caráter de emancipação das classes subalternas - as estratégias Pedagógicas anteriormente adotadas, de “ajuda” e “participação”, com um teor de benevolência e persuasão, ganha agora um caráter contestador da ordem vigente, cuja intervenção profissional irá pautar-se numa ação educativa de

[...] construção de estratégias de mobilização, capacitação e organização das classes subalternas [...], visando a recuperação da unidade entre o pensar e o agir, na constituição de um novo homem, base e expressão de novas subjetividades e normas de conduta, isto é, de uma cultura contraposta à cultura dominante. (ABREU, 2002a, p. 134).

A consideração de tais perspectivas pedagógicas do Serviço Social reforça de como, histórica e culturalmente, a profissão teve e tem uma ação de cunho educativo articulada às dimensões cultural, técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica.

³ O Movimento de Reconceituação trata-se do início de um processo questionador da profissão do Serviço Social, onde se busca romper com os ideais conservadores da prática profissional. Para Iamamoto (1994), “A ruptura com a herança conservadora se expressa como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento ‘interno’ da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral [...]” (IAMAMOTO, 1994, p. 36, 37).

Portanto, partindo em sua origem de uma ação educativa, cuja proposta centrava-se em uma linha curativa e preventiva dos problemas sociais – sob um agir mais reformista e alienante – e, posteriormente, agindo de forma mais crítica e emancipatória, fica claro que o Assistente Social não apenas constrói a sua prática de acordo com as reestruturações societárias e das organizações culturais, mas, redireciona o próprio pensar da sociedade. (IAMAMOTO, 1994, p. 20-39). A profissão não apenas atua a partir da e na realidade social, mas, é partícipe ativa das reconfigurações processadas na história, particularmente, na biografia dos movimentos sociais.

Qualquer que seja o espaço do exercício de sua prática, em seus diferentes processos de trabalho, o Assistente Social deve ter a perceptibilidade do seu papel como redirecionador de idéias, atitudes, ações dentro de uma cultura predominantemente contraditória. As suas áreas de atuação vêm sendo consolidadas dentro de uma dinâmica contraditória de lutas sociais e de correlação de forças. Tomando como exemplo a educação escolar, como espaço estratégico de reprodução do capital, é pertinente sinalizar que neste a

dimensão educativa do trabalho do assistente social deve ser considerada não apenas em termos da valorização da sua inserção nas unidades educacionais, mas do seu envolvimento com os processos sociais, em curso, voltados para a construção de uma nova hegemonia no campo da educação e da cultura, dos quais os educadores trazem significativos acúmulos e tradição, seja no campo do pensamento intelectual, seja nas ações profissionais e políticas. (ALMEIDA, 2005, p. 25).

O Assistente Social, portanto, deve assumir no espaço da educação escolar “a natureza política de sua prática.” (FREIRE, 2006, p. 49). Compreende-se que o profissional deve buscar assumir sua dimensão social e

educativa que possibilite a comunidade escolar perceber-se como aliado no jogo de forças que perfazem o ambiente escolar/educativo. É necessário, portanto, deixar explícito a sua posição política e ideológica; ter clareza e compreensão qual a sua finalidade profissional e a quem direciona as ações do Serviço Social.

Seu perfil social e educativo enraíza-se quando constrói uma rede de relações e articulações dentro e fora da escola; quando mobiliza diferentes instituições (família, conselhos comunitários, centros de saúde, etc.) e profissionais em prol de uma educação produtiva; no instante em que não só compreende e decifra a realidade, mas, propicia que os outros do seu círculo de trabalho também a analise criticamente; ao compreender a pesquisa como aliada para o avanço da profissionalização e de uma análise mais apurada da prática profissional.

Defende-se que, a atuação do Assistente Social na educação, especificamente na escolar, o perfil social e educativo a ser assumido nesse campo de trabalho particular, demanda a formalização de saberes e competências necessários para o seu exercício, de forma que este profissional compreenda e se reconheça, também, como produtor de conhecimentos e assumam atitudes de pesquisador em uma área que não pode tudo, mas pode alguma coisa, entre elas tornar mais consistente o processo democrático. (FREIRE, 2006, p. 126).

Existe uma contribuição visível do Serviço Social na Educação Escolar que se justifica quando se vivencia um quadro social e educacional com expressões de ordem em formação: inclusão, protagonismo, empoderamento social, luta contra um sistema desigual, competência profissional, dentre tantas

outras que transformam homens e mulheres, por um lado, em verdadeiros escravos das palavras de ordem do atual sistema social e econômico e, por outro, seres ávidos por buscarem nos mínimos detalhes seus direitos de cidadão.

Ao perceber a escola como um espaço de trabalho que possui, também, suas limitações e múltiplas demandas, saberes e relações, e a área da educação abastecida de conhecimentos, teorias, valores, significados, é que se compreende a necessária contribuição do Assistente Social nesta realidade, sendo este um campo que revela os perfis social e educativo deste profissional como mediador, direto e indireto, na formação do indivíduo. Assim, a prática educativa do Assistente Social pressupõe a formalização de metodologias, competências e saberes específicos que dêem respaldo e sustentação à sua intervenção no campo da educação escolar.

Dada a sua dimensão educativa, o Assistente Social pode produzir efeitos diretos nas condições humanas e sociais da escola, haja vista que, dentre os seus direitos e responsabilidades registra-se a participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais com o dever de contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais. (BRASIL, 2002).

A ampliação e desenvolvimento profissional do Assistente Social dentro da área da educação parte da compreensão de que é preciso uma base epistemológica mais específica, um conjunto de competências e saberes formalmente organizados para orientar sua prática. Como diz Frigoto (2006), temos como profissionais de Educação e de Serviço Social o papel de

desconstruir discursos prontos na sociedade, entretanto, esta é uma tarefa permanente que só é possível para quem tem o domínio teórico do seu campo, enfim, “teoria é a coisa mais importante se ela não for abstrações soltas: ela é uma construção de categorias de análises para ler a sociedade”. Mas isto não basta: “temos que ter a perspectiva propositiva, a perspectiva alternativa, tanto teórica quanto prática.” (FRIGOTO, 2006, p. 25, 26).

REFERÊNCIAS:

ABREU, Marina Maciel. Perfis pedagógicos da organização da cultura e a institucionalização do Serviço Social – demarcações do princípio educativo da prática do Assistente Social. In: ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002a, p. 83-161.

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.79, set. 2004.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **A educação como direito social e a inserção dos Assistentes Sociais em estabelecimentos educacionais**. Cartilha – O Serviço Social e a Política Pública de Educação. Minas Gerais, 2005.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Política educacional e questão social. **Em foco: o Serviço Social e a Educação**. 3. ed. CFESS, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.2.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999a.

MARPEAU, Jacques. O acesso à relação social. In: MARPEAU, J. **O processo educativo**: a construção da pessoa como sujeito responsável por seus atos. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 97-112.